



**ANTROPOTOPÔNIMO, ANTROPOAXIOTOPÔNIMO E ANTROPOAXIO-
HISTORIOTOPÔNIMO USADOS NO LÉXICO TOPONOMÁSTICO
MUNICIPAL EM ALAGOAS**

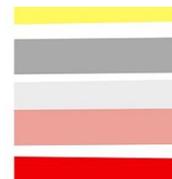
***ANTHROPOTOPONYMO, ANTHROPOAXIOTHOTOPOMYNO AND
ANTHROPOAXIO-HISTORYTOPONYMO USED IN THE MUNICIPAL
TOPONOMASTIC LEXICON IN ALAGOAS***

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo
Universidade Estadual de Alagoas
petrus2017@outlook.com

Resumo: Neste artigo, partiu-se do pressuposto de que o acervo dos nomes dos municípios alagoanos se caracteriza como uma macrotoponímia de regiões urbanizadas e/ou rurais, sendo receptor e refletor de representações que podem desvelar traços linguísticos e extralinguísticos de um dado povo mediante as singularidades materializadas nestes topônimos, podendo atuar em função de índices de pertencimento, de posse, de construção de identidade de um dado grupo, comprometido com práticas socioculturais e configurações ideológicas de organização social e espacial. Nesta perspectiva, este artigo objetivou refletir sobre os nomes próprios individuais atribuídos aos municípios de Alagoas, categorizados como antropotopônimos, antrotopaxiotopônimos e antrotopaxio-historiotopônimos. Quanto à metodologia, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e como base teórica às análises e às interpretações, foram utilizados os autores basilares Salazar-Quijada, (1985); Dick, (1992, 2004, 2006, 2007); Isquierdo (2008, 2012); Faria (2017) entre outros. Os resultados apontaram que, no universo dos nomes atribuídos aos municípios de Alagoas advindos de motivação de natureza antropocultural, a taxa dos antropotopônimos se mostrou a mais recorrente, materializando, na língua, sobretudo em seu léxico toponomástico, traços sociais, históricos e culturais do processo de construção da identidade do Estado de Alagoas. No âmbito morfológico, quanto à disposição linear de seus formantes, a estrutura composicional coordenativa por justaposição de substantivo + substantivo, sem auxílio de conectivo, foi a mais produtiva na função de formar os nomes municipais estudados.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia. Nomes de municípios. Estado de Alagoas.

Abstract: *In this article, it was assumed that the collection of the names of the municipalities of Alagoas is characterized as a macrotoponymy of urbanized and / or rural regions, being a receiver and reflector of representations that can reveal traces linguistic and extralinguistic of a given people through the materialized singularities in these toponyms, being able to act in function of indices of belonging, of possession, of construction of identity of a given group, committed to sociocultural practices and ideological configurations of social and spatial organization. In this perspective, this article aimed to reflect on the individual proper names attributed to the municipalities of Alagoas, categorized as anthropotoponyms, anthropoaxiotopyxes and anthropoaxis-historiopodonyms. As for the methodology, we used the bibliographical research and as a theoretical basis for the analyzes and the interpretations, we used the basilar authors Salazar-Quijada, (1985); Dick, (1992, 2004, 2006, 2007); Isquierdo (2008, 2012); Faria (2017). The results showed that, in the universe of names attributed to the municipalities of Alagoas from anthropocultural motivation, the taxon of anthropotoponyms was the most recurrent, materializing in the language, especially in its toponomastic lexicon, social, historical and cultural traces of the process construction of the identity of the State of Alagoas. In the*



morphological context, as to the linear arrangement of its formants, the compositional structure coordinative juxtaposition of noun + noun, without connective aid, was the most productive in the function of forming the municipal names studied.

Keywords: *Onomastics. Toponymy. Names of municipalities. State of Alagoas.*

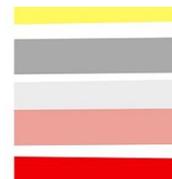
Considerações preliminares

O conjunto dos 102 nomes dos municípios de Alagoas se constitui um recorte do léxico toponímico alagoano¹, a essa esfera toponomástica usada no/pelo Estado denominamos, neste artigo, de léxico toponomástico municipal, em que consideramos o nome de município como um macrotopônimo, isto é, um topônimo que singulariza um espaço mais extenso, em relação a outros menos extensos. Com efeito, o nome atribuído a um município alagoano será um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos etc. que dele fazem parte.

Neste estudo, interessa-nos apenas os antropotopônimos e derivados, o que caracteriza essa categoria toponomástica é o emprego do nome individual. Esse vínculo antroponímico em Alagoas é permeado por relações de poder, de posse, de identidade de domínio territorial de determinado(s) grupo(s) de prestígio socioeconômico alagoano, consubstanciado no signo toponímico, refletindo e refratando no léxico relações associativas, por meio de motivações antropoculturais, entre nomeador e acidentes humanos a serem nomeados.

A esta pesquisa, subjaz o postulado básico de que os nomes de municípios - subconjunto do acervo virtual e real de uma língua natural - não apenas identificam espaços físicos rurais e/ou urbanos, mas significam. Conseqüentemente, a ação de nomear esses entes federativos, em Alagoas, não se dá de maneira aleatória, há motivações de diversas ordem que acionam uma complexa rede de fatores linguísticos e extralinguísticos que está associada às experiências vividas pelo sujeito nomeador.

¹ Neste escrito, apropriamo-nos do conceito de *léxico toponímico* apresentado por Isquierdo (2012, p.116) “como o conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos” e o adequamos para o conceito de *léxico toponomástico municipal*.



Dessa forma, ao refletir sobre os nomes dos municípios alagoanos, recortamos uma dimensão da macrotoponímia do Estado, em termos de sua funcionalidade descritiva e/ou narrativa, estabelecendo uma conexão línguocultural entre a Unidade Político-Administrativa Municipal e o signo toponímico a ela atribuído, em que as partes formam um todo representativo. Assim, língua e cultura, em processo simbiótico, fundem-se na materialidade linguística.

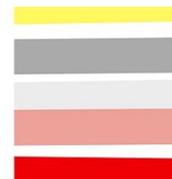
Os resultados aqui exibidos são oriundos de uma pesquisa maior de doutoramento (MELO, 2018) que teve como objetivo geral elaborar o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios* a partir de uma descrição, em perspectiva sincrônica, sem prejuízo das considerações diacrônicas pertinentes, do conjunto dos atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos em suas possíveis relações com os aspectos internos e externos que atuam sobre a língua.

Nosso *corpus* de análise, constitui-se da atual e oficial nomenclatura da macrotoponímia municipal do Estado que é composta por 102 topônimos, sendo 56 topônimos de motivação de natureza física e 46 topônimos de natureza antropocultural. Para as análises e interpretações ora apresentadas, foram utilizados apenas os 11 nomes próprios individuais – topônimos de natureza antropocultural - registrados e classificados como antropotopônimos, antroppoaxiotopônimos e antroppoaxio-historiotopônimo em tal macrotoponímia.

Nessa direção, foram evidenciadas as particularidades mais significativas relacionadas a cada macrotopônimo municipal alagoano e elaborada, em arquivos/ficheiros de texto no Microsoft Word/2016, uma sistematização dos dados, organizando o material coletado por meio da confecção das fichas² lexicográfico-toponímicas de cada topônimo inventariado.

Quanto à metodologia, além de estudos bibliográficos, utilizou-se da pesquisa documental e corresponde a uma investigação que se coloca no paradigma pós-positivista de natureza qualitativa, pois trabalha com interpretações da realidade em seu contexto identitário, social e cultural materializada nas unidades léxicas toponímicas. Como base

²O modelo da ficha lexicográfico-toponímica, usado na pesquisa doutoral, foi uma adaptação do modelo apresentado por Dick (2004).



teórica às análises e às interpretações, foram utilizados os autores basilares Salazar-Quijada, (1985); Dick, (1992 e desdobramentos); Isquierdo (2012); Faria (2017).

Para cumprirmos com o nosso propósito e sistematizarmos a escrita do texto, este artigo foi dividido em três seções: a primeira traz alguns aspectos da formação territorial alagoana em suas singularidades geográficas e históricas; a segunda seção traz a fundamentação teórica que norteará este estudo, abordando, de forma concisa, conceitos que foram utilizados para subsidiar a análise e interpretação do *corpus* constituídos; a terceira seção traz a análise e os resultados. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências.

1 Um breve mirada para o Estado de Alagoas: situando o universo da pesquisa

Compreendendo que a Toponímia busca “el estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antro-lingüísticos, que permitieron y permiten que um nombre de lugar se origine y subsista (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)³, nesta primeira seção, apresentamos o lócus da pesquisa.

A criação de vilas no Brasil foi instituída no reinado de D. Pedro II (1667-1706), continuou com D. João V (1706-1750) e se manteve com D. José I (1750-1777), através de Cartas Régias e Instruções encaminhadas ao Vice-Rei do Brasil. Foi nessa conjuntura que se iniciou o processo de formação, ocupação e fixação do futuro território alagoano, situado na parte sul da Capitania de Pernambuco (Capitania Nova Lusitânia).

Atualmente, Alagoas está localizada na porção centro-oriental do Nordeste brasileiro, onde ocupa o 8º lugar em extensão geográfica, situado entre os paralelos 8º 48'52" e 10º 30'28" de latitude sul, e os meridianos 35º 09'09" e 38º 14'15" de longitude oeste. As maiores distâncias são no sentido Leste-Oeste 340 km² e Nordeste-Sudoeste 212 km² (MENDONÇA et al., 2012).

Em comparação às outras 25 Unidades Federativas do Brasil e o Distrito Federal, podemos considerá-la de pequena extensão, sendo a segunda menor do país, com uma área territorial total de 27.848,140 km², dos quais 82 km² são constituídos de águas, e, em

³ O estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.18, tradução nossa).



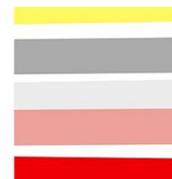
decorrência disso, ser conhecida turisticamente pela perífrase *Paraiso das Águas*. Tem uma configuração político-administrativa composta por 102 municípios. Cumpre ressaltarmos que é a partir dessas escolhas lexicais no sistema onomástico que se forma a cadeia toponomástica dos nomes municipais de Alagoas, o que possibilita “o desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um *modelo* ou *padrão de nomes*, válido para a comunidade doadora ou receptora” (DICK, 2007, p. 142, *grifo da autora*).

Nessa conjectura, tal evolução político-administrativa resultou na atual configuração, distribuída em três mesorregiões geográficas, denominadas de Mesorregião do Agreste Alagoano, Mesorregião do Leste Alagoano e Mesorregião do Sertão Alagoano. Esse desenvolvimento é resultado de um processo impulsionado por diversas forças, moldadas pela trajetória histórica regional. Assim, essas mesorregiões formam uma área individualizada dentro de Alagoas que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas dimensões do processo social, do quadro natural, da rede de comunicação e de lugares.

Essas três mesorregiões englobam peculiaridades geográficas físicas e humanas e outras decorrentes da formação dos primeiros núcleos de povoamento e dos fluxos de ocupação nos últimos dois séculos de formação do espaço terrestre alagoano. Em razão das semelhanças e diferenças, o IBGE (2018) dividiu as três mesorregiões em treze microrregiões.

As microrregiões foram definidas para fins estatísticos do IBGE, são partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização espacial. As microrregiões têm uma cidade polo, que corresponde à localidade mais desenvolvida dentro da região.

As três mesorregiões geográficas agrupam as seguintes microrregiões: 1. Microrregião de Palmeira dos Índios; 2. Microrregião de Arapiraca; 3. Microrregião de Traipu; 4. Microrregião do Litoral Norte Alagoano; 5. Microrregião de Maceió; 6. Microrregião da Mata Alagoana; 7. Microrregião de Penedo; 8. Microrregião de São Miguel dos Campos; 9. Microrregião Serrana dos Quilombos; 10. Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco; 11. Microrregião de Batalha; 12. Microrregião de Santana do Ipanema; 13. Microrregião do Serrana do Sertão Alagoano.



Recorrendo a Isquerdo (2008, p. 37), destacamos que essa macronomenclatura, constitutivas das mesorregiões e microrregiões geográficas alagoanas, traduz

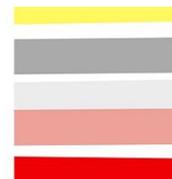
[...] reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais (ISQUERDO, 2008, p. 37).

Em Alagoas, esses signos toponímicos se formaram e se fixaram no espaço alagoano pelo frequente uso em mais de duzentos anos de história. Suas motivações “além de observar legislação específica, pauta-se pela subjetividade coletiva e, muitas vezes, também por interesses políticos” (CARVALHO, 2018, p. 25). Por conseguinte, essa macronomenclatura não está alheia à memória destes lugares e seu registro e conhecimento nos permite compreender os enredos da formação e sedentarização do homem no terreno alagoano.

Nesse particular, destacamos que a prática de nomeação de lugares habitados é um ato designativo constituído por meio da relação entre o ambiente⁴ e o homem, ou seja, entre o povo e sua cultura, sendo assim essa inter-relação também é representada pela linguagem.

Grosso modo, tratando-se da língua, compreendendo-a como um complexo de signos que reflete e refrata o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, sobretudo em seu nível lexical, empregamos o termo ambiente, neste estudo, abarcando semanticamente tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos, entendemos os aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais, entendemos as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como a religião, os padrões éticos, a forma de organização político-econômica etc.

⁴ Usamos o termo ambiente, na base do conceito de cultura (SAPIR, 1961), considerando a língua como um complexo de símbolos que refletem todo o quadro físico e social em que se acha situado o aglomerado humano.



2 Da Onomástica à Toponímia: os estudos toponomásticos

É oportuno situarmos, nestas linhas iniciais, em que domínio das pesquisas das Ciências do Léxico se insere a Onomástica, uma vez que em uma perspectiva mais ampla, os elementos onomásticos são extraídos, em algum momento, do acervo lexical geral.

Os nomes de município podem ser investigados sob o prisma da Onomástica Toponímia, visto desse ângulo, o estudo toponomástico passa a investigar não apenas o lugar, o habitat humano, mas “conjuntamente, o espaço e o *nome do espaço*”. Alterando, portanto, o foco de análise, ou seja, de “Sistema Toponímico” para “Sistema Onomástico” (DICK, 2006, p. 96, *grifo da autora*). Daí a razão do termo toponomástico.

Por consequência, há uma expansão do escopo teórico da Onomástica e, conseqüentemente, das pesquisas toponímicas enquanto ramo dessa ciência maior, que partem do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “a relação de causa e efeito porque *nome e coisa nomeada* passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (DICK, 2007, p. 144, *grifo da autora*). Sendo assim, torna-se importante não confundir o nome do município com a municipalidade propriamente dita, ou seja, o nome de lugar não é o lugar em si, mas uma de suas representações.

O sistema onomástico, considerado como um complexo linguístico-cultural, compreende as realizações virtuais do sistema lexical disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas lexicais, no sistema onomástico, que as causas denominativas do nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística.

Embora a nomeação de lugares seja uma prática linguística longínqua no processo de ocupação, fixação e formação de um espaço habitado, o estudo sistemático de tal atividade humana pode ser considerado recente. Em linhas gerais, pontua-se o final do século XIX na Europa e primeira metade do século XX no Brasil como marcos temporais da Toponímia científico-acadêmica.

Nas palavras de Lefebvre e Martínez (2017, p. 7),

[...] el tema de la toponimia ha estado presente en los estudios de las Ciencias Sociales y las humanidades desde finales del siglo XIX. En aquel entonces, este “fósil de la geografía humana”, según la expresión de Albert Dauzat (1947), se utilizaba para identificar, con mayor o menor veracidad, zonas



ocupadas por populações específicas que las habrían marcado con los nombres de lugares, lo que permitió establecer mapas de ocupación humana y su impacto en el paisaje (LEFEBVRE; MARTÍNEZ, 2017, p. 7).⁵

Em decorrência da necessidade de uma sistematização dos estudos toponímicos, surgiram modelos de classificação e taxionomias de topônimos elaborados por diferentes estudiosos do assunto e em diferentes fases da história da disciplina para recuperar a motivação da origem dos topônimos. Dentro deste enquadre, pontuamos as figuras de Auguste Longnon e Albert Dauzat como os principais representantes do marco inicial europeu, uma vez que são considerados os dois maiores expoentes no âmbito dos estudos sobre nomes de lugar, naquele período, no cenário internacional ocidental.

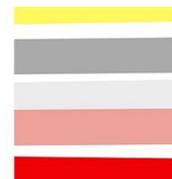
Por esse viés, a Toponímia moderna - compreendida como um campo de estudo com método, objeto e terminologia própria - nasceu, oficialmente, no final do século XIX na Europa. Mais precisamente, por volta de 1878 em Paris, com *status* de disciplina autônoma pela criação de uma cadeira especial de estudos toponímicos, tanto na *École Pratique des Hautes-Études* como no *Collège de France*, sob a responsabilidade de Auguste Longnon.

No Brasil, na área dos cursos de Letras, aproximadamente até o terceiro quartel do século XX, ainda não tínhamos a Toponímia como uma disciplina curricular autônoma no Ensino Superior Brasileiro.

Tal inclusão se deu, sob a responsabilidade do professor Plínio Ayrosa, na década de 70, quando foi incorporada ao quadro das outras disciplinas de graduação do curso de Letras da USP com a nomenclatura *Toponímia Geral e do Brasil*, com conteúdo desenvolvido, em 1934, junto à cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada ao curso de Geografia e História e centrava-se nas pesquisas Ameríndias (DICK, 2006).

Assim, em sua origem na academia nacional, a Toponímia como uma disciplina curricular tinha um duplo objetivo, não só o ensino de suas linhas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da onomástica,

⁵ O tema da Toponímia esteve presente nos estudos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas desde o final do século XIX. Naquele tempo, este 'fóssil da geografia humana', de acordo com a expressão de Albert Dauzat (1947), foi usado para identificar, com maior ou menor veracidade, áreas ocupadas por populações específicas que os marcariam com nomes de lugares que permitiu estabelecer mapas de ocupação humana e seu impacto na paisagem. (LEFEBVRE; MARTÍNEZ, 2017, p. 7. Tradução nossa.)



mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular básico por meio do estudo etimológico dos topônimos tupis.

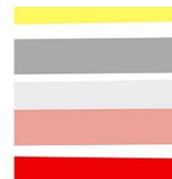
Nessa direção, considera-se que foi a partir dos trabalhos de Drumond, filiado às ideias de vertente europeia, que a Toponímia, no Brasil, se integrou, de fato e de direito, aos estudos linguísticos na USP, privilegiando, inicialmente, as investigações sobre os nomes indígenas na nomenclatura geográfica por meio das pesquisas sobre os tupinismos na Toponímia Brasileira.

Atualmente, temos na professora-pesquisadora-toponimista Dick a maior expoente para as atuais investigações toponomásticas no País. Seu trabalho se expandiu a partir da divulgação de sua tese de doutoramento defendida, na década de 1980, junto ao Departamento de Linguística e Línguas Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo intitulada de *Princípios teóricos e modelos taxionômicos* – modelo taxionômico de classificação toponímica aplicados aos nomes de lugares.

Deste então, o Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica idealizado por Dick, no final da década de 70 (reformulado pela autora em 1990 e publicado em 1992), passou a conter 27 categorias específicas, 11 taxes referentes ao ambiente físico e 16 taxes referentes ao ambiente antropocultural, incluindo duas subtaxes expandidas de um núcleo basal, explicativas ou categoremáticas toponímicas, distribuídos nos dois grupos, conforme as condutas motivadoras e tomando como base, no âmbito do plano de expressão para fins de classificação semântica, o primeiro formante do sintagma toponímico.

Essa classificação taxionômica proposta por Dick (1992) tem a preocupação de responder às “necessidades não meramente especulativas, mas [...], fundamentadas na realidade etnocultural conhecida ou a conhecer” (DICK, 2006, p. 93). Atualmente, ela tem sido largamente adotada no Brasil, sendo o modelo taxionômico norteador para os atuais trabalhos toponímicos no País, como também é o modelo metodológico-teórico usado no projeto do ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e em outros atlas toponímicos regionais.

É relevante pontuar que para o presente artigo, interessa-nos apenas, dentro das taxes de condutas motivadoras do referido modelo taxionômico dickiniano, às relativas aos nomes próprios individuais, prenome, sobrenome.



Ponderamos que, em razão das especificidades encontradas na toponímia brasileira, alguns estudiosos têm contribuído para a ampliação do modelo de Dick (1992), propondo subdivisões ou criando novas taxas de classificação. Dentre eles, destacamos Faria (2017) que, em sua tese de doutorado, sugeriu uma nova proposta de classificação dos antropotopônimos, que acolhemos e adotamos neste estudo ora apresentado. Segundo a citada autora, por meio de um recorte de um estudo linguístico, o léxico toponímico urbano da cidade de Ponte Nova - MG, analisando, dentre o total de logradouros públicos que há na cidade, os nomeados por antropônimos, subclassificou-os em antrotopotopônimos, antrotopo-historiotopônimos e antrotopo-axio-historiotopônimos.

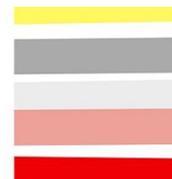
Ainda recorrendo a Faria (2018, p. 22), ela nos explica essa nova proposta de classificação para os antropotopônimos com as seguintes palavras:

Os antropotopônimos foram classificados de acordo com o que Dick (1990) propõe, ou seja, inserem-se, nessa classificação, os logradouros que têm nomes de pessoas. Nos antrotopotopônimos, foram classificados os antropotopônimos que são precedidos por um título, como, por exemplo, doutor, padre, professor. Nos antrotopohistoriotopônimos, estão os logradouros que são considerados por Dick (1990) apenas como historiotopônimos. São aqueles que levam nome de pessoas que marcaram a história do Estado ou do país. E, para finalizar, os antrotopo-axio-historiotopônimos, como o próprio nome sugere, são os logradouros que fazem referência a nomes de pessoas precedidos por um título e que também são considerados historiotopônimos (FARIA, 2018, p. 22).

É a partir da proposta de Dick (1992), das contribuições da autora supracitada Faria (2018) e do conceito apresentado por Salazar-Quijada (1985) que, em sua tese de doutorado, expôs um modelo taxionômico contemplando a categoria toponímica que leva em conta o tamanho do acidente geográfico (microtopônimos, mesotopônimos e macrotopônimos) que apresentaremos as análises e interpretações do recorte toponomástico constituído para este artigo.

3 Análise e resultados

Nesta terceira seção, apresentamos as análises e discutimos os resultados de nossa pesquisa na dimensão linguística. Seguimos uma abordagem de análise qualitativa e tecemos interpretações, em observação às discussões teóricas desenvolvidas, levando em



consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos que podem ter contribuído no processo seletivo para as escolhas toponímicas municipais estudadas.

Além disso, ao longo desta seção, para conhecermos o percurso histórico da consolidação da atual macrotoponímia municipal alagoana, registramos as narrativas históricas e/ou lendárias que explicam o aparecimento do topônimo ao longo do tempo, como também interpretamos as possíveis motivações e significados dos designativos dos 11 municípios alagoanos apresentados, em relação aos aspectos sincrônicos e às considerações diacrônicas pertinentes a partir da história social preservada na memória toponímica local.

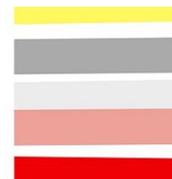
3.1 Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais

Nessa categoria toponomástica, registramos 8 nomes próprios individuais que apresentam o princípio da homenagem - por meio do nome pessoal ou do apelido de família – às figuras consideradas fundadoras ou beneméritas dos municípios nomeados, como tributo, na perspectiva do nomeador, ao protagonismo social destas personalidades homenageadas.

Mormente, esses antropônimos convertidos em antropotopônimos na nomeação de municípios alagoanos não representam a manifestação identitária da população local. Em alguns casos, inclusive, para a identificação completa dos personagens referenciados se faz necessário, por parte dos munícipes, o recuo histórico, à época, do batismo dessas municipalidades.

Agrupamos estas designações comemorativas em três grupos, conforme a estratégia da escolha denominativa, a saber: a) primeiro grupo, homenagens às personalidades europeias, amigos da Coroa Portuguesa; b) segundo grupo, nomes parentais - prenome⁶ e/ou apelidos de família; c) terceiro grupo, homenagens aos representantes das esferas política e empresarial.

⁶ Adotamos, nesta tese de doutorado, a compreensão do termo prenome como o componente onomástico que precede ao apelido de família (sobrenome) na forma de designar pessoas.



a. Grupo I - nomes de municípios adotados em homenagem a influentes fidalgos da Corte Portuguesa

(01) **Anadia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Anadia*, constituído pela composição híbrida hebraico-latino *anadia*. Do hebr. *hanah, hannah* ‘graça, clemência, mercê’ outra f.: *anna* (GUÉRIOS, 1981); *sm.* Do lat. vulg. XIII **dia* (do lat. clas. *dies*) ‘espaço de tempo que medeia entre nascer e o pôr do sol’ (CUNHA, 2010).

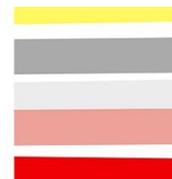
Esse topônimo teria sido uma homenagem feita ao ministro de Lisboa *Visconde de Anadia*, influente fidalgo da Corte Portuguesa que se transferiu com a Família Real para o Brasil, exercendo o cargo de secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Foi o Visconde de Anadia que autorizou a promoção do antigo povoado junto ao El-Rei à categoria de vila.

(02) **Atalaia**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual do complexo toponomástico estudado, corresponde ao elemento específico simples *Atalaia*, constituído pela composição árabe *at-talā'i'a* ‘sentinela, vigia’ (CUNHA, 2010).

Há duas versões que explicaria a motivação desse macrotopônimo: i. na primeira versão, a causa motivadora do topônimo *Atalaia* teria sido uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao amigo *Visconde de Atalaia* - Visconde do Condado de Citarem, em Portugal - fidalgo português amigo de D. José I; ii. na segunda versão, o município teria recebido esse nome por ter sido o local onde as forças que lutavam contra os Palmares ficavam de “atalaia” (sentinelas, vigilantes). Nesse caso, o topônimo *Atalaia* seria classificado como geomorfotopônimo, isto é, nome referente às elevações do terreno.

Nos nomes dos municípios apresentados em (02) e (03), evidenciamos a influência política sendo usada, estrategicamente, em benefício à Corte Portuguesa, por meio de designativos sistemáticos que evocam uma suposta superioridade dos europeus, cujas escolhas toponímicas, nesses casos, homenageiam influentes fidalgos, amigos e apadrinhados da corte.



b. Grupo II – prenomes e sobrenomes adotados em homenagens aos representantes de grupos familiares ou pessoas consideradas como moradores pioneiros da região

(03) **Joaquim Gomes**

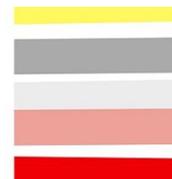
Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião da Mata Alagoana, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base hebraico-portuguesa *Joaquim Gomes*. Etimologicamente, do hebr. Ioakhin ‘javé levanta, restabelece’; sobr. port. arc. *Gomez* (GUÉRIOS, 1981). Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de Joaquim Gomes Silva Rêgo, um descendente da família dos Gomes de Barros que eram proprietários de engenhos, conhecidos como *senhores de engenho*, tendo uma destacada participação política, em Alagoas, no século XX.

Joaquim Gomes da Silva Rego foi Major da Guarda Nacional, eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Conservador em 1916 e proprietário dos Engenhos Urucu, Sítio Cajá, São Salvador e Alagoas. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas no Engenho São Salvador.

Cumprir lembrar que a influência política da família Gomes de Barros ainda é presente em terras alagoanas. Tal destaque pôde ser observado, na imprensa local e nacional, quando o ex-deputado federal Antonio Gomes de Barros, à época, presidente da Assembleia Legislativa Estadual (ALE), ostentava salário vultuoso, figurando dentre um dos maiores da República Brasileira, o que deu ao Estado de Alagoas o título jocoso de “Terra dos Marajás”. Figura perseguida no período que ficou conhecido como “Era Collor” protagonizado pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello na década de 1990.

(04) **Monteirópolis**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Monteirópolis*, constituído pelo apelido de família português *Monteiro* justaposto a base grega *pólis*, (*πόλις*) significando literalmente, ‘cidade de Monteiro’ (MENDONÇA et al, 2012). Esse macrotopônimo teria sido uma homenagem à figura considerada o fundador do município: José Domingos Monteiro.



(05) **Olivença**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico simples de base latina, constituído pelo apelido de família *Olivença*, do lat. XIII *ōlīva -ae* 'azeitona, oliveira' (CUNHA, 2010).

A motivação desse antropotopônimo seria à junção do sobrenome do ramo familiar dos *Oliveiras*, em particular, refere-se aos dois grupos de famílias considerados fundadores do primeiro núcleo habitacional da região do município em tela.

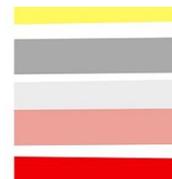
Em nosso ponto de vista interpretativo, esses 3 signos toponímicos são depositários da memória local que traduzem uma intenção de perpetuar famílias tradicionais (base patriarcal formadas pelos senhores rurais) da região, homenageando grupos proprietários de terras em Alagoas, como marca de posse (real e simbólica) associada ao poder político, social e econômico dessas famílias.

Ao tratar sobre as questões da terra em território alagoano, Almeida et al., (2013) explicam-nos que

Especialmente em Alagoas, a terra é um fator essencial para se explicar o poder. Ela foi o elemento essencial na construção do agrarismo que durante séculos foi a base de nossa política e que ainda persiste, apesar de raros sinais de mudança que se evidenciam, sobretudo a partir da década de sessenta, quando teve início o processo de acentuada urbanização (ALMEIDA et al., 2013, p. 12).

Pela citação acima, depreendemos que os nomes apresentados em (03), (04) e (05) podem sinalizar, simbolicamente, indicativos de poder e conquista atrelados aos objetivos maiores: o poder e o reconhecimento social por meio das terras.

Esses nomes fazem alusões às personalidades avaliadas como fundadoras dessas localidades. Porém, provavelmente, já deveriam existir antigos moradores em regiões próximas exercendo uma economia rústica. Todavia, são as oligarquias que recebem os créditos do pioneirismo e são consideradas pela história oficial como instituidoras dos atuais municípios, legitimando um discurso de pertença, no qual o espaço geográfico e social é batizado em referência ao patriarca local, geralmente, perpetuado como aquele que primeiro se estabeleceu no lugar. Com efeito, esses nomes traduzem o marco de fundação ligado à ocupação de antigos moradores, nas figuras de ricos fazendeiros e proprietários de terra.



Por último, pontuamos que, como estratégias denominativas nos casos apresentados em (03), (04) e (05), o sujeito nomeador elegeu: i. o nome individual que designa especificamente uma pessoa dentro do grupo familiar mais imediato, particularizando-o, como em *Joaquim Gomes*; ii. parte do nome de indivíduo homenageado, indicando seu vínculo familiar por meio do apelido, designando assim todo o grupo familiar, como em *Monteirópolis* e *Oliveira*.

c. Grupo III - nomes adotados em homenagem a políticos influentes, a ricos fazendeiros e a empresários notórios da região em que o município nomeado está localizado

(06) Delmiro Gouveia

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base germânico-portuguesa *Delmiro Gouveia*. Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura do cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia.

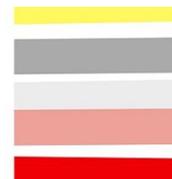
(07) Paulo Jacinto

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Palmeira dos Índios, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico composto de base latina, constituído pelo prenome composto *Paulo Jacinto*.

O antropotopônimo *Paulo Jacinto* teria sido uma homenagem sugerida pela direção da G.W.B.R. à figura do alagoano Paulo Jacinto Tenório - primeiro e único Barão de Palmeira dos Índios/AL, agraciado Barão em 28/08/1889 e um dos três últimos titulares do Império pelo Gabinete Liberal de junho de 1889.

(08) Teotônio Vilela

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de São Miguel dos Campos, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-portuguesa, constituído pelo nome próprio composto *Teotônio Vilela*. Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de Teotônio Brandão Vilela.



Teotônio Vilela foi político e empresário do setor sucroalcooleiro em Alagoas, dispunha de grande influência política, intitulado como o *Menestrel das Alagoas*. Em 1984, considerado pelo cancionista popular como aquele que transformava “sal em mel” o que dialoga com sua atividade empresarial, considerado o porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.

Mais uma vez observamos uma prática, culturalmente, marcada pela relação de poder nos nomes apresentados em (06), (07) e (08). Nesses três casos, semelhante aos antropotopônimos anteriormente apresentados nos grupos I e II, são signos toponímicos que se caracterizam como escolhas sistemáticas que legitimam, no espaço simbólico e real, traços da formação histórica da sociedade alagoana.

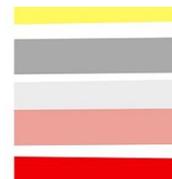
No âmbito dos topônimos relativos aos nomes próprios individuais ora apresentados, de uma forma geral, eles são homenagens explícitas ao poder e traduzem um modelo de sociedade do capital, em que o sujeito nomeador procura abalizar através da atividade linguística uma demarcação expressiva de prestígio socioeconômico e político associada às camadas mais altas da pirâmide social em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico.

Isso sugere que os representantes das classes sociais que protagonizam a luta pelo poder, em Alagoas, não se descuidam da importância que a perpetuação ou o esquecimento possuem como elemento de disputa. Por conseguinte, há uma intencionalidade do sujeito nomeador nessas escolhas que homenageiam pessoas que, por seus *status*, comumente gozam de prestígio social, e esse prestígio é representado simbolicamente pelo signo toponímico.

Por essa ótica, tais nomes de municípios corroboram conveniências denominativas de homenagens ao poder secular constituído no Estado. Portanto, a ação de nomear esses entes federativos, em Alagoas, não se dá de maneira aleatória, mas, pensada estrategicamente por meio de representações simbólicas, ideologicamente esquematizadas.

3.2 Antropoaxiotopônimos: relativos aos títulos que acompanham nomes próprios individuais

Nesta categoria toponomástica, registramos 2 elementos específicos híbridos constituídos por prenomes e sobrenomes pospostos aos títulos de referência militar e



política, quais sejam os nomes dos municípios alagoanos *Major Isidoro* e *Senador Rui Palmeira*.

A relação entre o sujeito nomeador e o poder político-econômico se torna mais visível nesta categoria denominativa, em razão do destaque dado à titulação do homenageado presente no próprio signo toponímico, sugerindo relações simbólicas por meio de marca de autoridade/poder político que faz referência a ocupantes de postos do governo enquanto lideranças, socioeconomicamente, de destaque na região.

(09) **Major Isidoro**

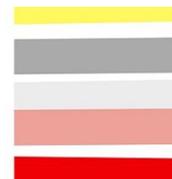
Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Batalha, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base latino-grega *Major Isidoro*. Esse topônimo teria sido uma homenagem à figura de *Isidoro Jerônimo da Rocha*, filho do fundador do povoado que deu origem ao atual município.

Figura de destaque na região, devido ao seu domínio latifundiário, Major Isidoro era chamado de o patriarca do *Sertãozinho*. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 2.909 de 30/12/1943, o distrito de *Sertãozinho* passou a denominar-se *Major Isidoro* e se tornou município pela Lei nº 1.473 de 17/09/1949. Cumpre registrar que alguns autores defendem que a grafia do nome do município deveria ser *Major Izidoro* (escrito com "z"), justificando que é assim que está escrito nas certidões de nascimento e casamento dos seus netos e na sua certidão de casamento.

(010) **Senador Rui Palmeira**

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Santana do Ipanema, localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido de base românica *Senador Rui Palmeira*. Sua motivação teria sido uma homenagem prestada pelo ex-governador do Estado de Alagoas Guilherme Palmeira a seu pai Guilherme Gracindo Soares Palmeira, patriarca da “dinastia” dos Palmeiras em Alagoas.

Antes de se tornar município, o povoado era conhecido como *Riacho Grande*, por haver ali um córrego que inundava o vilarejo durante o inverno. Por volta de 1930, Antônio Afonso, vindo de Palmeira dos Índios/AL, instalou uma fábrica de corda na



região hoje ocupada pela sede do município. Utilizava-se como matéria-prima o caroá, planta de pouca folhagem que era encontrada com facilidade nos arredores. Em torno dessa atividade cresceu um reduzido povoado

Os nomes apresentados em (09) e (10) são escolhas lexicais, no mundo onomástico, decorrentes da ação denominativa sistemática com delimitação semântica formal, nas quais se dá ênfase, não apenas aos prenomes ou sobrenomes de patriarcas locais, mas sobretudo sua posição social marcada na língua pelo elemento modificador determinante da denominação honorífica: major e senador. Nessa direção, esses nomes passam do significado lexical para o significado onomástico marcados pelas relações sócio-político-ideológicas da região e pelos vínculos que o sujeito nomeador estabelece com o lugar, como parte integrante de um todo maior.

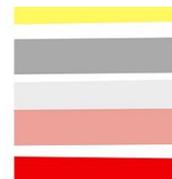
3.3 Antropoaxio-historiotopônimo - antropotopônimo precedido por um título e também considerado historiotopônimo

(11) Marechal Deodoro

Signo toponímico atribuído ao município da Microrregião de Maceió, localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, na sincronia atual corresponde ao elemento específico híbrido *Marechal Deodoro*. Etimologicamente, oriundo do lat. do fr. XIV *maréchall* ‘orig. indivíduo que cuidava dos cavalos’; ‘modernamente, posto superior no exército’ (CUNHA, 2010); do gr. *Diódoros*, ‘presente (doros) de Zeus (dio), com influxo de Teodoro (GUÉRIOS, 1981). Esse macrotopônimo teria sido uma homenagem à figura histórica do Proclamador da República do Brasil, *Marechal Deodoro da Fonseca*, nascido no município em tela.

Enquadramos o signo toponímico (11) *Marechal Deodoro* para efeito de classificação taxionômica, como antropoaxio-historiotopônimo (FARIA, 2017) em razão de ser constituído por um nome próprio individual precedido pelo título militar e que faz referência a uma figura presente na história do País, ou seja, o Proclamador da República do Brasil *Marechal Deodoro da Fonseca*.

Sendo assim, esse nome invoca uma representatividade histórica que extrapola os limites do Estado de Alagoas, tal personalidade passa a representar um símbolo, ou seja, a imagem do generalíssimo marechal Deodoro da Fonseca que carrega a simbologia do



herói que libertou seu povo da monarquia, ficando associada a ele até a pós a sua morte, quando este reconhecimento adquire proporções maiores.

Por último, porém não menos importante, destacamos que todos os antropotopônimos, antroptoaxiotopônimos e o antroptoaxio-historiotopônimo registrados no recorte toponomástico estudado são nomes do gênero gramatical masculino. Com efeito, os nomes alusivos à personalidade feminina no rol de nomes analisados não apresentaram produtividade lexical, no mundo onomástico, demonstrando que a figura da mulher não foi homenageada por meio de nome de municípios em Alagoas.

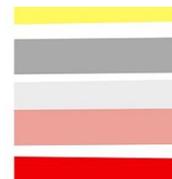
Em nosso entendimento, isso sugere uma discriminação em relação às mulheres, reforçada por meio de um discurso de natureza ideológica machista que legitima a ideia de supremacia do poder do homem, traduzindo a condição de que as mulheres, historicamente, não exerciam atividades de destaque, sobretudo no Nordeste do Brasil. Logo, essa característica de organização social está representada também na toponímia alagoana.

Considerações finais

Os vários aspectos abordados no presente artigo, envolvendo a descrição, a análise e a interpretação dos atuais e oficiais nomes de municípios alagoanos categorizados como antropotopônimo, antroptoaxiotopônimo e antroptoaxio-historiotopônimo, permitem-nos algumas considerações finais.

Primeiramente, partimos do pressuposto de que o acervo dos nomes dos municípios alagoanos se caracteriza como uma macrotoponímia de regiões urbanizadas e/ou rurais, sendo resultado de uma intencionalidade denominativa, na qual o sujeito nomeador estabelece através da atividade linguística uma demarcação de domínio, em especial daquele legitimado historicamente pelos grupos que controlavam/controlam o poder social e econômico em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico e em seus efeitos de sentido a ser interpretado e compartilhado pela/na comunidade.

Seguindo esse viés, defendemos a tese de que os nomes dos municípios alagoanos dão significados às suas municipalidades e as representam no mundo, logo não são usados apenas com a função de marcação ou de identificação geográfica, mas como componente pragmático e discursivo de organização social-espacial de um poder político-econômico



local materializado na língua por meio do macrotopônimo, sobretudo pelo signo toponímico de motivação de ordem antropocultural.

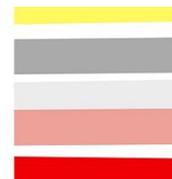
Após a análise e a interpretação dos dados, uma questão que se coloca é a marca de um discurso de natureza ideológica machista materializado no recorte do léxico toponomástico usado em Alagoas. Nessa direção, evidenciamos que, fora do contexto religioso, não há antropotopônimo com referência à figura feminina.

Em nosso ponto interpretativista, isso demonstra a valoração de nomes próprios individuais masculinos, em detrimento dos femininos, propagando o pensamento vigente na sociedade que, normalmente, ainda atribui à figura da mulher um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar. Como visto pelos dados, as autoridades possuem a prerrogativa legal para prática onomástico-toponímica. Porém, quase sempre, eles não consideram a necessária parcimônia para homenagear homens e/ou mulheres que, eventualmente, tenham protagonizado na formação de um dado município.

Arrazoamos que essa tendência está ligada ao fato de os políticos serem, à época dos batismos toponímicos, em sua maioria homens e mirarem, especialmente, em outros homens os méritos que justificassem às homenagens. Com efeito, presumimos, então, que os municípios por se tratarem de espaços urbanos e públicos, culturalmente, seriam, de forma simbólica, na visão do sujeito nomeador, melhor representados por antropotopônimos referentes à figura masculina.

Destacamos ainda que a outra marca monopolista na macrotoponímia investigada é a que se refere ao poder político-econômico, como no caso dos antropotopônimos e seus derivados, que nos revela a presença nessa fração do fenômeno estudado das figuras detentoras do poder sócio-político-econômico, atuando a serviço do capital, que privilegia aqueles que detinham/detêm a posse dos bens de produção em Alagoas.

No âmbito dos fatores intralinguísticos, quanto à formação dos sintagmas toponímicos em sua disposição linear, assinalamos que o grupo geral dos topônimos compostos se apresentou mais produtivo do que os topônimos simples na função de nomear municípios alagoanos na dimensão toponomástica estudada. Nesse particular, a estrutura composicional coordenativa por justaposição de substantivo + substantivo, sem auxílio de conectivos, foi a mais produtiva na função de formar os nomes municipais.



Por fim, esperamos que este estudo onomástico toponímico suscite muitos questionamentos e reflexões, podendo assim contribuir para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte toponomástico alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.

Referências

ALMEIDA, Luiz Sávio de. et al. **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió : EDUFAL, 2013.

BRASIL. **CIDADES-IBGE**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=27&search=alagoas>. Último acesso em 17 set. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888/pdf>. Acesso em 37 mai. 2018.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Ver atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744 p.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. v. II. Campo Grande – MS: UFMS, 2004, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A., Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto Atemig - Atlas toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas toponímico do Brasil). In SEABRA, M. C. T. C. de (org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 91-118. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/O%20L%C3%A9xico%20em%20Estudo-Grafia,%20Toponímia,%20Lexicologia,%20Etmologia,%20etc..pdf>. Acesso em 10 set. 2017.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**. Vol. 3, n. 5, p. 141-155, jan/jun., 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/0>. Acesso em 08 set. 2017.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais**.



2017, 686 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. **Rev. Estud. Ling.**, Belo Horizonte, 2018. p. 1-24. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12998>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3 ed. rev. e aum., São Paulo: Ave Maria, 1981. 267 p.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **ProLíngua**. v 2, n. 2 - jul/dez de 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/issue/view/1064>>. Acesso em: 12 set. 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

LEFEBVRE, Karine & MARTÍNEZ, Carlos Paredes. **La memoria de los nombres**: La toponímia em la Conformacion Histórica del Territorio. De Mesoamérica a México. México: CIGA-UNAM, 2017. 477 p.

MELO, P. A. G. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos**. 2018. 360 f. (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. 3. ed. amp. e ver. Instituto Arno de Mello. Maceió. Núcleo de Projetos Especiais. 2012, 540 p. Disponível em <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

Recebido em: 09 de janeiro de 2019.

Aprovado em: 29 de março de 2019.